



Autorização n.º 4595/2014

## I - O Pedido

Fundação Manuel Francisco Clérigo, com o NIPC 500885729, notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de prescrição eletrónica de medicamentos a utentes.

Declarou tratar os seguintes dados pessoais: Nome do utente, data de nascimento, morada, número de BI/CC, NISS, número SNS, NIF, contacto telefónico, habilitações literárias, nacionalidade, anos de residência no país, composição do agregado familiar, rendimentos mensais, declaração de IRS/comprovativo de rendimentos, nome do médico de família, grupo sanguíneo, relatório médico sobre situação atual de saúde e medicação, dados de saúde, hábitos, situação funcional/dependência.

Os dados são recolhidos de forma direta, presencialmente, por via telefónica ou mediante preenchimento de impresso.

A requerente pretende comunicar à Segurança Social, a hospitais e centros de saúde, à GNR, à APAV e aos tribunais os dados referidos no anexo ao formulário de notificação. Pretende ainda comunicar as prescrições de medicamentos e os meios complementares de diagnóstico à Administração Central do Sistema de Saúde, para efeito de conferência de faturas.

Aos titulares dos dados é assegurado o direito de conhecer e corrigir os dados que lhes respeitem.

São declaradas medidas de segurança física e de segurança lógica descritas no formulário de notificação.

Pretende-se a conservação dos dados até ao máximo de 2 anos após a saída do utente da instituição.

1 - O n.º 4 do artigo 7º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (LPD), admite o tratamento de dados de saúde quando for necessário para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, prestação de cuidados ou tratamentos médicos ou para gestão dos serviços de saúde, desde que o tratamento desses dados seja efetuado por profissional de saúde sujeito a sigilo médico ou por outra pessoa obrigada a segredo profissional de saúde e desde que estejam garantidas medidas de segurança da informação.

Quando os dados são processados para efeitos de medicina preventiva, de diagnóstico médico, de prestação de cuidados de saúde ou tratamentos médicos ou gestão de serviços de saúde há legitimidade para efetuar o seu tratamento automatizado quando este é feito por pessoas vinculadas a segredo profissional. Nessa medida, deve compaginar-se a recolha da informação com o *princípio da confidencialidade*, respeitando-se, assim, o respetivo sigilo ou segredo profissional nos termos dos estatutos a que tais profissionais estão legal e estatutariamente vinculados, como forma de garantia à implementação das medidas adequadas a preservar a segurança da informação.

2 - A informação tratada é recolhida de forma lícita (artigo 5º n.º1, alínea a), da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cf. alínea b) do mesmo artigo) e a informação recolhida não é excessiva, com exceção dos dados - habilitações literárias, nacionalidade, anos de residência no país, composição do agregado familiar, rendimentos mensais, declaração de IRS/comprovativo de rendimentos, nome do médico de família, grupo sanguíneo, relatório médico sobre situação atual de saúde e medicação, dados de saúde, hábitos, situação funcional/dependência -, os quais se não mostram pertinentes atenta a finalidade do tratamento.

Alguns destes dados terão certamente relevância no âmbito da gestão dos processos clínicos ou no âmbito da gestão da atividade social da entidade, finalidades que foram notificadas autonomamente, pelo que serão objeto de autorização particulares.



Por outro lado, a prescrição eletrónica foi objeto de regulamentação, pelo que há dados de registo obrigatório que não foram declarados pelo responsável e que são essenciais ao sistema de prescrição eletrónico.

Assim, para além dos dados declarados importa que se adite à presente autorização os seguintes dados: género, dados sobre os medicamentos prescritos (n.º de registo, quantidade, tipo de medicamento, produtos abrangidos pelo protocolo da Diabetes, descrição do manipulado, autorização para fornecimento de genérico), Dados do médico prescriptor (número da Ordem dos Médicos), código do local de prescrição e dados da receita - número da receita, data da prescrição, tipo de receita – renovável/não renovável e regime especial de participação.

Cada ato de prescrição é enviado à ACSS, através da rede privada multimédia do Ministério da Saúde, em ficheiro XML, para integração no Sistema de Conferência de Faturas de Medicamentos através de acesso ao sítio da ACSS, via *R/S* (Rede Interna da Saúde), em protocolo HTTPS. A autenticação na aplicação faz-se por *login e password* fornecidos pela ACSS.

São comunicados os seguintes dados: Dados do utente (sexo, data de nascimento, localidade); Dados sobre o medicamento (n.º de registo, quantidade, tipo de medicamento, produtos abrangidos pelo protocolo da Diabetes, descrição do manipulado, autorização para fornecimento de genérico); Dados do médico prescriptor (n.º de prescriptor atribuído pela Ordem dos Médicos); Local de prescrição e dados sobre a receita (n.º, data, tipo de receita, regime especial de participação).

A CNPD considera que, no caso, existe legitimidade para o tratamento, por força do artigo 7.º n.º 4 de Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.

Considera-se justificada a comunicação de dados à Administração Central do Sistema de Saúde, com os fundamentos descritos nas Autorizações n.º 36/99 e 38/2001.



No que toca às pretendidas comunicações de dados para terceiras entidades importa analisar se existe fundamento de legitimidade para tais comunicações.

Com exceção das comunicações de dados aos tribunais ou às forças de seguranças, quando estes atuem no âmbito de despacho de delegação de competências da autoridades judiciárias, as quais encontram fundamento no cumprimento de obrigação legal no âmbito da legislação processual, as restantes comunicações não tem base legal, nem se encontra justificação para o envio destes dados às entidades indicadas (Segurança Social, GNR e APAV). Deste modo não serão consignadas na presente autorização.

Relativamente à comunicação de dados da prescrição a Centros de Saúde e Hospitais não se descortina a necessidade de comunicação de tal informação, salvo em situações de prestação de cuidados de saúde ao titular nessas instituições, situação em que a disponibilização da informação deve ser casuística e fundamentada no consentimento do titular.

Deve ser dada especial atenção à necessidade de assegurar:

- a) O direito de informação e acesso aos titulares dos dados, nos termos dos artigos 10º e 11º nº5 da LPD;
- b) A separação lógica entre dados administrativos e dados de saúde (cf. artigo 15º nº3 da LPD);
- c) Devem ser adotadas medidas de segurança que impeçam o acesso à informação a pessoas não autorizadas. A informação de saúde deverá ser de acesso restrito aos médicos ou, sob a sua direção e controlo, a outros profissionais de saúde obrigados a segredo profissional (cf. artigo 7º nº4 da LPD).

Quanto à segurança da informação, para além das medidas declaradas, deve o responsável pelo tratamento adotar regras de procedimento interno, de forma a analisar periodicamente os registos de acesso (*logs*), para garantir que os acessos à informação se efetuam de acordo com os princípios da necessidade e pertinência. Os *logs* e os relatórios de análise devem ser conservados durante o período máximo de

f



conservação da informação, para efeitos de auditoria da CNPD no exercício das suas competências.

A CNPD determina, ao abrigo do n.º 4 do artigo 15.º da LPD, que a circulação da informação em rede – porque pode pôr em risco direitos, liberdades e garantias dos titulares – deve ser encriptada.

Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados tratados.

### III – Conclusão

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos artigos 7.º n.º 4 e 30.º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro, a CNPD autoriza o tratamento notificado, consignando o seguinte:

Responsável: Fundação Manuel Francisco Clérigo.

Finalidade: prescrição eletrónica.

Categorias de dados pessoais tratados: Nome do utente, data de nascimento, morada, número de BI/CC, NISS, número SNS, subsistema de saúde, NIF, género, dados sobre os medicamentos prescritos (n.º de registo, quantidade, tipo de medicamento, produtos abrangidos pelo protocolo da Diabetes, descrição do manipulado, autorização para fornecimento de genérico), Dados do médico prescriptor (número da Ordem dos Médicos), código do local de prescrição e dados da receita - número da receita, data da prescrição, tipo de receita – renovável/ não renovável e regime especial de participação.

Comunicação de dados: ACSS, no âmbito do Sistema de Conferência de Faturas de Medicamentos, sem transmissão de dados pessoais dos utentes.

Forma de exercício do direito de acesso e retificação: Deve ser assegurado o direito de informação e acesso, nos termos dos artigos 10.º e 11.º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro. Quanto ao direito de acesso aos dados de saúde deve o mesmo ser assegurado através de «médico escolhido pelo titular dos dados» nos termos do artigo 11.º n.º 5 da mesma Lei



Interconexão de dados: não há

Transferência de dados para países terceiros: não há

Conservação dos dados: Pelo prazo previsto na Portaria nº 247/2000, de 8 de maio;

Lisboa, 13 de maio de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Filipa', with a long horizontal flourish extending to the right.

Filipa Calvão (Presidente)